

RiMe

Rivista dell'Istituto
di Storia dell'Europa Mediterranea

ISBN 9788897317869

ISSN 2035-794X

numero 14/II n.s., giugno 2024

A presença de Antonio da Noli em Cabo Verde

The presence of Antonio da Noli in Cape Verde

Hilarino da Luz Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.7410/1696>

Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea
Consiglio Nazionale delle Ricerche
<http://rime.cnr.it>

Direttore responsabile | Editor-in-Chief

Luciano GALLINARI

Segreteria di redazione | Editorial Office Secretary

Idamaria FUSCO - Sebastiana NOCCO

Comitato scientifico | Editorial Advisory Board

Luis ADÃO DA FONSECA, Filomena BARROS, Sergio BELARDINELLI, Nora BEREND, Michele BRONDINO, Paolo CALCAGNO, Lucio CARACCILO, Dino COFRANCESCO, Daniela COLI, Miguel Ángel DE BUNES IBARRA, Antonio DONNO, Antonella EMINA, Vittoria FIORELLI, Blanca GARÌ, Isabella IANNUZZI, David IGUAL LUIS, Jose Javier RUIZ IBÁÑEZ, Giorgio ISRAEL, Juan Francisco JIMÉNEZ ALCÁZAR, Ada LONNI, Massimo MIGLIO, Anna Paola MOSSETTO, Michela NACCI, Germán NAVARRO ESPINACH, Francesco PANARELLI, Emilia PERASSI, Cosmin POPA-GORJANU, Adeline RUCQUOI, Flocel SABATÉ i CURULL, Eleni SAKELLARIU, Gianni VATTIMO, Cristina VERA DE FLACHS, Przemysław WISZEWSKI.

Comitato di redazione | Editorial Board

Anna BADINO, Grazia BIORCI, Maria Eugenia CADEDDU, Angelo CATTANEO, Isabella CECCHINI, Monica CINI, Alessandra CIOPPI, Riccardo CONDRÒ, Francesco D'ANGELO, Alberto GUASCO, Domenica LABANCA, Maurizio LUPO, Geltrude MACRÌ, Alberto MARTINENGO, Maria Grazia Rosaria MELE, Maria Giuseppina MELONI, Rosalba MENGONI, Michele M. RABÀ, Riccardo REGIS, Giampaolo SALICE, Giovanni SERRELI, Giovanni SINI, Luisa SPAGNOLI, Patrizia SPINATO BRUSCHI, Giulio VACCARO, Massimo VIGLIONE, Isabella Maria ZOPPI.

Responsabile del sito | Website Manager

Claudia FIRINO

© **Copyright: Author(s).**

Gli autori che pubblicano con *RiMe* conservano i diritti d'autore e concedono alla rivista il diritto di prima pubblicazione con i lavori contemporaneamente autorizzati ai sensi della

Authors who publish with *RiMe* retain copyright and grant the Journal right of first publication with the works simultaneously licensed under the terms of the

**“Creative Commons Attribution - NonCommercial 4.0
International License”**



Il presente volume è stato pubblicato online il 30 giugno 2024 in:

This volume has been published online on 30 June 2024 at:

<http://rime.cnr.it>

CNR - Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea
Via Giovanni Battista Tuveri, 130-132 — 09129 Cagliari (Italy).
Telefono | Telephone: +39 070403635 / 070403670.
Sito web | Website: www.isem.cnr.it

Special Issue

**“mar imenso solitário e antigo”:
os italianos nas rotas marítimas portuguesas**

**“mare immenso solitario e antico”:
gli italiani lungo le rotte marittime portoghesi**

**“mar imenso solitário e antigo”: the Italians in the Portuguese
maritime routes**

A cura di / Edited by
Nunziatella Alessandrini - Ana Paula Avelar -
Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini

RiMe 14/II n.s. (June 2024)

Special Issue

“mar imenso solitário e antigo”:
os italianos nas rotas marítimas portuguesas

“mare immenso solitario e antico”:
gli italiani lungo le rotte marittime portoghesi

“mar imenso solitário e antigo”: the Italians in the Portuguese
maritime routes

A cura di / Edited by
Nunziatella Alessandrini - Ana Paula Avelar -
Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini

Table of Contents / Indice

Nunziatella Alessandrini - Ana Paula Avelar - Mariagrazia Russo - Gaetano Sabatini Introduzione / <i>Introduction</i>	7-12
Nunziatella Alessandrini - Gaetano Sabatini Leone Pancaldo, um italiano na expedição de Fernão de Magalhães / <i>Leone Pancaldo, an Italian on Ferdinand Magellan's expedition</i>	13-36
Ana Paula Avelar A imagem de Fernão de Magalhães pelas vozes de Antonio Pigafetta e Giovan Battista Ramusio / <i>The image of Ferdinand Magellan through the voices of Antonio Pigafetta and Giovan Battista Ramusio</i>	37-50
Teresa Nobre de Carvalho O mundo natural americano descrito por Michele da Cuneo (1495): um dos mais precoces registos da flora caribenha / <i>The American natural world described by Michele de Cuneo: One of the earliest records of Caribbean flora</i>	51-80
Elisabetta Colla Un panorama etnografico del "mondo" e della sua rappresentazione nei "Ragionamenti" di Francesco Carletti / <i>An ethnographic overview of the "world" and its representation in Francesco Carletti's "Ragionamenti"</i>	81-100
José Manuel Garcia Um diálogo de fontes sobre a viagem de Fernão de Magalhães: Francisco Albo vs. Antonio Pigafetta / <i>A dialogue of sources about Ferdinand Magellan's journey: Francisco Albo vs. Antonio Pigafetta</i>	101-119
Rui Loureiro Giovanni Battista Ramusio e a primeira circum-navegação: Novidades geográficas, circulação de informações e intertextualidade / <i>Giovanni Battista Ramusio and the first circumnavigation: Geographical news, circulation of information and</i>	121-139

intertextuality

- Hilarino da Luz Rodrigues 141-159
A presença de Antonio da Noli em Cabo Verde / The presence of Antonio da Noli in Cape Verde
- Alessandro Ricci 161-186
Dal Mundus al Globus. L'impresa globale di Magellano nella visione imperiale di Carlo V / From Mundus to Globus. Magellan's global feat in the imperial vision of Charles V
- Mariagrazia Russo 187-201
A visão disfórica das viagens portuguesas em Giovanni Battista Ramusio / The dysphoric vision of Portuguese voyages in Giovanni Battista Ramusio

A presença de Antonio da Noli em Cabo Verde

The presence of Antonio da Noli in Cape Verde

Hilarino Carlos Rodrigues da Luz

(CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5694-5781>

Date of receipt: 14/09/2023

Date of acceptance: 27/06/2024

Resumo

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto desabitado entre 1460 e 1462. Em 1462, iniciou-se o seu povoamento pela ilha de Santiago. Ela foi dividida em duas capitánias. A metade norte, tendo Alcatrazes como capital, foi entregue a Diogo Afonso, escudeiro do infante e descobridor das ilhas do grupo ocidental e a região sul, tendo como capital Ribeira Grande, atual Cidade Velha, foi entregue a Antonio da Noli, descobridor das ilhas orientais (Luz, 2013). Tendo sido a única atribuída a um estrangeiro em toda a história dos descobrimentos de Portugal (Rosário, 1977 e Balla, 2015), a cidade transformou-se num importante centro de desenvolvimento económico.

Palavras-chave

Portugal; Cabo Verde; Descobrimento; Cidade da Ribeira Grande; Antonio da Noli.

Abstract

The Cape Verde archipelago was discovered uninhabited between 1460 and 1462. In 1462, its settlement began on the island of Santiago. It was divided into two captaincies. The northern half, with Alcatrazes as its capital, was handed over to Diogo Afonso, the infante's squire and discoverer of the islands of the western group, and the southern region, with Ribeira Grande as its capital, now known as Cidade Velha, was handed over to Antonio da Noli, discoverer of the islands orientais (Luz, 2013). Having been the only one attributed to a foreigner in the entire history of the discoveries in Portugal (Rosário, 1977 and Balla, 2015), the city became an important center of economic development.

Keywords

Portugal; Cabo Verde; Discovery; City of Ribeira Grand; Antonio da Noli.

1. Enquadramento. - 2. Antonio da Noli & Antoniotto Usodimare. - 3. "Quando o descobridor chegou" (Jorge Barbosa). - 4. Antonio da Noli em Cabo Verde. - 5. Bibliografia. - 6. Curriculum vitae.

1. Enquadramento

O presente artigo argumenta a presença de Antonio da Noli no arquipélago de Cabo Verde, numa abordagem que procura, de certo modo, recuperar o mais que estudado descobrimento do país, acontecimento que, como é sabido, resultou da expansão marítima moderna portuguesa no século XV, assente em motivações de ordem material, no desenvolvimento de atividades comerciais e de ordem religiosa. Constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, que se dividem em dois grupos (Barlavento e Sotavento), o arquipélago fica localizado na costa ocidental africana, a cerca de 500 km do promontório que lhe deu o nome, e ocupa uma área de 4.033 Km². (Luz, 2013).

O seu descobrimento está envolto em controvérsias, mas não será a nossa intenção nos envolvermos nessa discussão. Faremos referência ao assunto por ser de capital importância na nossa abordagem temática, já que Antonio da Noli foi um dos descobridores do arquipélago, capitão donatário da Cidade da Ribeira e um impulsionador dos descobrimentos portugueses, dada a localização geoestratégica da cidade. Ele foi o único estrangeiro a conseguir uma capitania na história dos descobrimentos portugueses (Rosário, 1977; Balla, 2015), além de a Lei Mental¹ ter tido uma exceção quando a sua filha, D. Branca de Aguiar, herdou a sua capitania no dia 8 de abril de 1497, ficando a sua governação ao cargo do seu marido. Neste sentido, esta reflexão tem como principal propósito apresentar algumas linhas de leitura que permitam compreender a presença de Antonio da Noli em Cabo Verde. Procuraremos fazer uma distinção entre o navegador, em apreço, e o também navegador genovês Antoniotto Usodimare; faremos uma breve referência ao descobrimento das ilhas e, por fim, abordaremos a presença de Antonio da Noli no arquipélago.

2. Antonio da Noli & Antoniotto Usodimare

Antonio da Noli pertencia a uma família de marítimos. Comerciante, navegador e cartógrafo, Morais do Rosário, ao falar do historiador João de Barros, assume que desconhece “as razões da [vinda de Antonio da Noli] para Portugal”. Por esta razão, pergunta: “Chamado pelo Infante para colaborar no levantamento cartográfico dos descobrimentos ou atraído pelas possibilidades comerciais da empresa?” (Rosário, 1977, p. 104). O certo é que ele navegou com a autorização do Infante D. Henrique, já que “de outro modo o descobrimento [das ilhas orientais de Cabo Verde] decerto

não mereceria as recompensas a que deu lugar” (Rosário, 1977, p. 104). Nascido em Génova e com a data de nascimento incerta, a sua morte deverá ter ocorrida no dia 8 de abril de 1497¹. Para este assunto, veja-se a seguinte transcrição do *Dizionario biografico degli italiani*:

[Antonio da Noli] nasceu em Gênova numa família de origem Nolese. A data de nascimento é desconhecida, mas, presumivelmente, deve ser colocada por volta da terceira década do século XV. Ele foi instruído em cartografia por seu irmão Agostinho, que em 1438 apareceu em Gênova como *magister cartarum pro navegando*. Não se sabe quais foram as dificuldades que, segundo o historiador português João de Barros, o teriam levado a deixar a sua terra natal, para nunca mais voltar. Em 1460 chegou em Portugal com o seu irmão Bartolomeu e seu sobrinho Rafael, no comando de três navios, e colocou-se ao serviço do Infante D. Henrique. Desde então o seu nome esteve ligado à descoberta das ilhas de Cabo Verde, que na cartografia dos séculos XV e XVI são frequentemente designadas por ‘Ilhas de Antonio’ ([https://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-da-noli_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-da-noli_(Dizionario-Biografico))).

Por se tratar de duas pessoas diferentes, Marcel Balla alerta-nos para a necessidade de uma distinção entre Antonio da Noli e Antoniotto Usodimare², para uma melhor clarificação e compreensão do descobrimento de Cabo Verde, sobretudo das ditas ilhas orientais. Nessa lógica, começa por dizer que quando António “(...) é escrito por estrangeiros, especialmente em tempos medievais; o mesmo termina com grafias diferentes e há muitos exemplos deste género (...)” (Balla, 2015, p. 38).

Nesse sentido, identifica grafias diferentes para o nome de Antonio da Noli, a registar: Antonius de Noli; Anton da Noli; Antonio de Nolle; e Antonio de Noli (mais usado na historiografia cabo-verdiana). Similarmente apresenta escritas díspares para Antoniotto Usodimare como: Antoniotto Usodamare; Atoniotto Zenovese; Antoniuys Ususmaris; Antonius Usus Maris; Antonij Usomaris; e Antoniotto Uso da

¹ A Lei Mental, criada no dia 8 de abril de 1434, defendia que todos os bens da Coroa de Portugal apenas podiam ser herdados pelo filho varão primogénito.

² Antoniotto Usodimare (Génova, 1415 cerca de 1461), teve cinco irmãos: Benedetta, Cristiano, Francesco, Giovanni e Libânia. Não se conhecendo informações sobre a sua formação, ele foi um comerciante e navegador que se mudou para Sevilha depois de ter enfrentado uma crise económica. Em 1451 mudou-se para Portugal com uma caravela e colocou-se ao serviço do Infante D. Henrique. Como Luís de Cadamosto fez duas viagens de exploração ao Atlântico, em 1455 e 1456.

Mar (Balla, 2015). A confusão entre os nomes fez alguns historiadores atribuírem erradamente a descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde ao Antoniotto Usodimare, na lógica do Marcel Balla (Balla, 2015). Isso porque, durante muito tempo, foi erradamente difundida a ideia de que António da Noli era uma alcunha de Antoniotto Usodimare. Também acreditamos que essa confusão terá resultado da narrativa apresentada por Luís de Cadamosto quando referiu que descobriu algumas ilhas de Cabo Verde na companhia do genovês Antoniotto, como veremos mais à frente.

É com base nessa confusão que muitos historiadores, inclusive Marcel Balla numa fase inicial, pensaram que “o apelido fosse Noli e neste caso o sobrenome Usodimare [...] pretendendo simbolizar a sua vocação como marinheiro” (Balla, 2015, p. 39). Essa confusão foi grandemente sustentada por publicações feitas no século XX, mormente o vol. XVIII da *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, difundida em Lisboa, com a entrada: “Noli ou Da Nola (Antonio de) [...] o seu verdadeiro nome era Antoniotto Uso di Mare”; e na *Enciclopédia italiana* (1934), *online*, com a entrada “NOLI, Antonio de (Antoniotto Usodimare)”³. Essa confusão continuou com publicações como *Little Known: the european side of cape verde islands*, de Américo C. Araújo, onde na página 17 encontramos que: “[...] o Genovese Antonio de Noli, também conhecido pelo seu alcunho Antoniotto Usodimare ou António o urso de mar [...] (Araújo, 2000, p. 17); e no livro *Memórias sobre a influência dos descobrimentos portugueses no conhecimento das plantas: I - memórias sobre a malagueta*, do Conde de Ficalho que, na página 22, confunde Antonio da Noli (Antonio da Nolle) com Antonio Uso de Mare aquando de uma descrição que faz de Cadamosto acerca do seu conhecimento da malagueta, um produto que foi muito comercializado nessa altura:

Conhecia, pois, Ca’ da Mosto aquela especiaria, e é singular que não a encontrasse ou não mencionasse nas notícias detalhadas que dá das terras do Gâmbia e do Casamansa, tanto mais que o genovês **Antonio da Nolle, ou Antonio Uso de Mare**⁴, seu companheiro de viagem, falando do rio Gâmbia, diz que aí entrou porque *in ipsa regione aurum et meregeta colligitur* (Ficalho, 1944, p. 22).

³ Esta indicação certifica a confusão em torno do nome de Antonio da Noli, pelo que para uma melhor compreensão da história de Cabo Verde é fundamental que ela pare de existir. (Cf. https://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-da-noli_%28Enciclopedia-Italiana%29/).

⁴ O destaque é nosso.

O supracitado Marcel Balla admite que este erro é cometido “quando estamos muito dependentes de fontes confiáveis, sem verificar as informações. (...). [A] maioria de nós nunca teve acesso a informação detalhada, documentos, sobre qualquer António de Noli ou Antoniotto Usodimare” (Balla, 2015, p. 40). Em suma, partilhando da conclusão do historiador, diríamos que Antonio da Noli e Antoniotto Usodimare são navegadores diferentes e ambos “foram importantes para os descobrimentos portugueses. No entanto, infelizmente, certos escritores fizeram com que os dois homens aparecessem como a mesma pessoa na história” (Balla, 2015, p. 40).

3. “Quando o descobridor chegou” (Jorge Barbosa)

Dantes havia às estátuas
de navegadores descobridores donatários
capitães-mores governadores
negreiros padres cônegos missionários
e outros heróis da cruz e da espada

(...)

consumam a tardia *vendetta*
de Cadamosto sobre Diogo Gomes
e reiteram a fraticida desdém
em relação ao genovês António da Noli
e aos perfis indiferentes
dos descobridores oficiais
(Almada, 2021, pp. 53-66).

Conforme referimos anteriormente, o descobrimento de Cabo Verde, sobretudo das ilhas orientais está envolto em controvérsias quanto a data, nome dos descobridores e se elas tinham sido conhecidas ou não antes de 1460. Luís de Albuquerque é taxativo quando refere que: “É de modo determinado que deixamos de analisar a possibilidade de as ilhas de Cabo Verde ou algumas delas terem sido conhecidas desde a Antiguidade; tal notícia difundiu-se a partir de um texto de Plínio (...)”. (Albuquerque, 1991, p. 23). Nessa perspetiva, o mesmo autor defende que esse texto

“não passa de uma síntese de lendas acumuladas (...); tal notícia não se transmitiu à Geografia ou Cosmografia de Ptolomeu, que foi a fonte predominantemente dos conhecimentos geográficos na Europa do século XV de manuscritos e de sete impressões, até à de 1490 (...)”. (Albuquerque, 1991, p. 23). Apesar da existência de algumas referências não consensuais acerca da presença de pessoas, ambas eram desconhecidas, já que “nenhum sinal humano foi identificado que se possa considerar anterior à presença portuguesa” (Ribeiro, 1998, p. 89).

No poema “Prelúdio” de Jorge Barbosa, dedicado ao seu amigo e escritor cabo-verdiano António Aurélio Gonçalves, o autor nos dá uma notação inicial das ilhas, ao referir que quando o descobridor chegou não encontrou “nem homens nus” e “nem mulheres e nuas”. Encontraram apenas aves de rapina e sementes que foram transportadas nas asas dos pássaros. Atenta-se na seguinte transcrição:

Quando o descobridor chegou à primeira ilha
nem homens nus
nem mulheres nuas
espreitando
inocentes e medrosos
de trás da vegetação.

(...)

Havia somente
as aves de rapina
 de garras afiadas
as aves marítimas
 de voo largo
as aves canoras
 assobiando inéditas melodias.

E a vegetação
cujas sementes vieram presas
nas asas dos pássaros
ao serem arrastadas para cá
pelas fúrias dos temporais.
(Barbosa, 2002, p. 99).

É sabido que nomes⁵ como, Luís de Cadamosto, Diogo Gomes, e Antonio de Noli reclamaram a descoberta das ilhas orientais, sendo que a das ilhas ocidentais foi unanimemente outorgada a Diogo Afonso. Duarte Leite resume uma superconhecida narrativa de Luís de Cadamosto, onde reclama a descoberta de quatro ilhas que foram conferidas à Antonio de Noli. Nessa abordagem, ele conta que Cadamosto saiu de Lagos nos primeiros dias de maio de 1456 com três caravelas comandadas pelo genovês Antoniotto e por um escudeiro do Infante D. Henrique, com a autorização para explorar a costa africana. Afastaram-se do cabo Branco e foram apanhados por uma tempestade do sudoeste que os fizeram parar a oesnoroeste. Três dias depois encontraram algumas ilhas frondosas e desabitadas, das quais visitaram apenas duas (Leite, 1985).

Luís Albuquerque, já citado, desvaloriza⁶ essa narrativa, sobretudo, porque, segundo o próprio, “como não se conhece o relato original do veneziano, torna-se possível supor (...) que ele não tenha estado no arquipélago cabo-verdiano, e que a referência a este (...) sejam interpolações tardias dos copistas, que teriam tomado conhecimento de explorações posteriores (...)” (Albuquerque, 1991, p. 38). Senna Barcelos, corroborando dessa opinião, afirma que ela foi escrita muitos anos depois da descoberta das ilhas “fundando-se em informações fornecidas por António de Noli (...) ou que Cadamosto nunca a escrevera (...)” (Barcelos, 1899, p. 12). Já Abel Fantoura da Costa⁷ vai mais longe e defende que “[é] necessário também notar que

⁵ Outros nomes, como Vicente Dias, são referenciados como potenciais descobridores das ilhas cabo-verdianas. Eles não foram incluídos nesta reflexão, por terem sido totalmente colocados de parte por vários historiadores e por não ser a nossa intenção problematizar a história de Cabo Verde.

⁶ Apesar de Luís de Albuquerque ter desvalorizado a narrativa de Luís de Cadamosto, não podemos de todo descartar a veracidade do relato se levarmos em conta a posição de Francesco Genovesi ao supor que Diogo Gomes usou em 1460 um mapa baseado no que antes fora visto por Cadamosto (Genovesi, 2011).

⁷ Abel Fontoura da Costa apresenta outras objeções sobre a narrativa apresentada por Cadamosto, afirmando que: “(1) se os navios partiram de Lagos no Começo de Maio, de 1456, não seria possível terem atingido as ilhas de Cabo Verde no dia primeiro do mesmo mês e do mesmo ano; (2) os três navios, correndo a oés-noroeste, impedidos por um fortíssimo vento do sudoeste, depois de terem dobrado o Cabo Branco, não podiam, ao fim de 60 horas, ter atingido qualquer das Ilhas de Cabo Verde; (3) a ilha que Cadamosto declara ter denominada Boavista é indicada por um outro nome, São Cristóvão nos documentos oficiais portugueses até ao ano de 1489; (4) a costa oriental da Boavista – antigo cemitério dos veleiros e mesmo dos navios a vapor, que atingiam – e também a do

não se encontrou, ainda, nos arquivos portugueses, qualquer documento referente direta ou indiretamente a Cadamosto; o seu nome é completamente desconhecido nos arquivos portugueses” (Costa, 1939, p. 15). Diogo Gomes, na sua tentativa de reivindicar a descoberta das ditas ilhas orientais, refere que:

[E]u e António da Noli deixamos aquele porto de Zaza e navegamos dois dias e uma noite para Portugal e vimos algumas ilhas no mar, e como a minha caravela era mais veleira do que a outra, abordei eu primeiro a uma d’aquelas ilhas, e vi areia branca e pareceu-me um bom porto, e ali fundei e o mesmo fez António, disse-lhe eu que desejava ser o primeiro a desembarcar e assim fiz, não vimos rastos de homem chamamos a ilha de Santiago por ser descoberta no dia do santo, aí pescamos grande abundância de peixe, etc. etc. [...] António da Noli esperou na ilha da madeira e com melhor tempo chegou antes de mim a Portugal e pediu ao rei a capitania da ilha de Santiago que tinha descoberto e o rei [Iha] deu, e ele a conservou até a sua morte, eu com grande trabalho cheguei a Lisboa (Barcelos, 1899, p. 7).

Com esta explanação, Diogo Gomes procurou reivindicar a descoberta da ilha de Santiago ao sustentar que António da Noli “pediu ao rei a capitania da Ilha de Santiago que [ele] tinha descoberto e o rei [Iha] deu, e ele a conservou até a sua morte” (*apud* Barcelos, 1899, p. 7). Esse mérito, concedido ao genovês, foi validado pela carta de doação das ilhas passada ao Infante D. Fernando pelo seu irmão D. Afonso V, em 19 de setembro de 1462, da qual podemos extrair que foram encontradas doze ilhas, sendo que cinco orientais: Santiago, São Filipe (Fogo), Maio, São Cristóvão (Boavista) e Sal foram por António de Noli, aquando da vida do Infante D. Henrique, tio de D. Afonso V e outras sete do grupo ocidental foram achadas pelo dito Infante: Brava, São Nicolau, São Vicente, ilhéus Raso e Branco, as ilhas de Santa Luzia e Santo Antão (Barcelos, 1899). Luís de Albuquerque, já citado, apesar de conferir a autoria da descoberta das ilhas orientais a Antonio da Noli, observa que é muito possível que este e Diogo Gomes tenham “chegado à ilha de Santiago na mesma viagem; Gomes não omite o nome do seu companheiro, nem alarga o reconhecimento então levado a cabo a outras ilhas, o que podia ter feito; e

Noroeste, estão cheias de rochas e obstruídas por recifes salientes, pontos rochosos e bancos de rochas; são assas perigosas não permitindo fundear um veleiro e, menos ainda, o desembarque; e (5) nem Santiago, nem as outras ilhas, possuem qualquer rio como o indicado por Cadamosto: algumas das ilhas têm pequenas ribeiras, onde mesmo não pode navegar um pequeno barco (...)” (Costa, 1939, p. 15).

isso dá ao seu relato um mínimo cunho de autenticidade” (Albuquerque, 1991, p. 38).

Apesar da controvérsia, o provável é que a ilha de Santiago foi a primeira ilha a ser descoberta, no dia 1 de maio de 1460, e apresentou algumas vantagens em relação as outras por se encontrar, segundo Ilídio Amaral, “numa posição não marginal, com bons ancoradouros abrigados dos ventos predominantes, um relevo dissecado que lhe permite ter vales largos e achadas extensas, a maior dimensão entre todas” (Amaral, 1994, p. 15). Essa proeza, atribuída ao António de Noli, é corroborada pelo supracitado Luís Albuquerque ao referir que algumas fontes defendem “Da Noli como descobridor. São elas: ‘o Breviário do Servo de Deus’, do *Hagiológico Lusitano* (posterior a 1466); a obra de Alonso de Palencia, *Crónica de Henrique IV* (escrita à volta de 1480), e a legenda de um mapa anónimo datável do período de 1488-1492” (Albuquerque, 1991, p. 37). Também em defesa de Antonio de Noli, temos a referida carta de doação das ilhas, descobertas por ele, a sua filha Dona Branca de Aguiar⁸, no dia 8 de abril de 1497, aquando da sua morte. Veja-se a seguinte transcrição:

D. Manoel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por morte de myce António genovez capitão da Ilha Santiago na parte da Ribeira Grande ficou vaga a dita capitania porquanto dele não ficou filho varão que a per direito devesse herdar, porém havendo nós consideração como o dito myce⁹, António foi o primeiro que a dita ilha achou e começou de povoar nos prouve de fazer mercê da dita capitania a dona Branca de Aguiar sua filha para ser capitão quem com ela casasse o qual o casamento ela há-de fazer com que aquela pessoa que lhe nós para isso escolhermos, e a dita capitania lhe damos para filhos e netos varões lídimos, etc. etc. E por sua guarda e segurança lhe mandamos dar esta carta assignada por nós. (...). (*Apud* Barcelos, 1899, p. 8).

Em síntese, nessa problemática do descobrimento, podemos concluir que Antonio da Noli descobriu o grupo oriental das ilhas de Cabo Verde, na companhia de Diogo Gomes¹⁰, apesar deste não ter ficado com uma capitania da primeira ilha a ser povoada, e Diogo Afonso descobriu as do grupo ocidental. Estas não se encontram registadas na carta régia de doação de 3 de dezembro de 1460, mas

⁸ Dona Branca de Aguiar nasceu de um casamento de António da Noli com uma mulher portuguesa da família Aguiar.

⁹ Micer era um termo reservado para os nobres de alta posição social (Balla, 2015).

¹⁰ Tudo indica que Diogo Gomes não reclamou afincadamente a descoberta ou codescobertas das ilhas orientais por ter beneficiado de muitos privilégios em Portugal.

aparecem na de 19 de setembro de 1462, embora sem a indicação do nome do descobridor que seria encontrado na carta régia de doação de 29 de outubro do ano de 1462, remetendo-nos para o seu descobrimento, entre 1460 e 1462 (Luz, 2013).

4. Antonio da Noli em Cabo Verde

Expectante
do antigo mar navegante
e das suas naus sem rumo
constróis um novo mar
que se petrifica entre os dedos
inundados de sol e suor
e da flor do nosso sangue
(Almada, 2021, p. 50).

É sabido que uma determinada área geográfica é valorizada pela sua ocupação humana. Por essa razão, os critérios da criação de donatarias advêm na necessidade da ocupação e povoamento das ilhas, da sua consequente rentabilização e da “gestão pelo controle exercido por um aparelho administrativo-institucional” (Domingues, 1991, p. 41). Nessa lógica, o arquipélago de Cabo Verde foi concedido por D. Afonso V, ao seu irmão Infante D. Fernando, sobrinho e filho adotivo do Infante D. Henrique, conforme referenciamos antes. Essa conceção foi uma recompensa pelos “(...) singulares serviços que com muita lealdade nos sempre fez e ao diante esperamos dele receber” (...) “E queremos que ele haja livremente as ditas Ilhas e Senhorio e povoadores delas, assim e tão compridamente como a nós poderiam pertencer por qualquer maneira que seja (...)” (Domingues, 1991, p. 42).

Desta feita, estando o arquipélago desabitado, o seu povoamento iniciou-se em 1462, conforme podemos atestar na carta régia de 12 de junho de 1466: “haverá quatro anos que (...) começara a povoar a ilha de Santiago (...) e que por ser tão alongada dos nossos reinos, a gente não quer a ela ir viver, senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesas sua (...)” (*apud* Barcelos, 1899, pp. 21-23). Ou seja, a ilha de Santiago começou a ser povoada, embora com algumas reservas resultantes das insuficientes condições que o país oferecia, razão que faz alguns historiadores acreditarem que o dito Infante D. Fernando deverá ter sido o seu grande patrocinador. Por isso, ele deverá ter ornamentado as caravelas que transportariam “os novos colonos do continente para as ilhas, bem como os animais domésticos e

sementes indispensáveis ao desbravamento e arroteamento dos campos, as ferramentas necessárias para o corte das madeiras, para a construção de casas e para o cultivo da terra” (Domingues, 1991, p. 44).

Apesar, de em 1462, os seus esforços se terem deparado com dificuldades, eles foram mais efetivos a partir de 1466. À semelhança do modelo do povoamento dos Açores e da Madeira, o Infante D. Fernando atribuiu “porções do território que lhe tinha sido concedido a incumbência de procederem a sua administração”, dando origem a “capitania-donatária, unidade territorial que é suporte da estrutura administrativa, tendo como entidade de cúpula o capitão-donatário” (Domingues, 1991, p. 47). Assim, a ilha de Santiago foi dividida em duas capitanias. A metade norte, tendo Alcatrazes como capital, foi entregue a Diogo Afonso, escudeiro do infante e descobridor das ilhas do grupo ocidental, e a região sul, tendo como capital Ribeira Grande, atual Cidade Velha, foi entregue a António de Noli “servidor” do infante D. Henrique e descobridor das ilhas orientais (Luz, 2013).

Esta capitania foi a única que foi entregue a um estrangeiro em toda a história dos descobrimentos de Portugal (Rosário, 1977; Balla, 2015). A região norte entrou em crise muito cedo, tendo a do sul conseguido um substancial desenvolvimento económico e transformado num entreposto do tráfico de escravos de referência internacional. Neste sentido, devido ao meritório trabalho de António de Noli, a dita ilha de Santiago prosperou, motivando Morais do Rosário a referir que “a terra produz algodão e milho. Mais tarde ensaiar-se-á com êxito a cultura da cana de açúcar. A povoação fundada por [ele] cresce de importância. Os navios de escravos, as galés e as naus fazem aguada na Ribeira Grande” (Rosário, 1977, p. 106).

Esse crescimento fez com que essa capitania fosse cobiçada e pilhada por piratas e inimigos de Portugal em diferentes momentos históricos, havendo a destacar o século XVI. Nesse século, a Cidade foi severamente assaltada, sobretudo pelo corsário inglês Francis Drake, que fez três incursões com estratégias diferentes. Esse período ficou marcado por quatro grandes fases: (1) a partir de 1530 com assaltos maioritariamente feitos por franceses; (2) 1538 depois da assinatura do Tratado de Léon entre Portugal e França, com predominância para os ingleses, onde se destacou o referido Francis Drake; (3) 1590 com domínio dos holandeses; e (4) destaque para Jacques Cassard em 1712, altura que deixou a cidade destruída após um ataque ardilosamente arquitetado. Essas pilhagens são reconstituídas por Jorge Barbosa no poema “Assalto”, onde refere que nesse tempo ouvia-se o barulho dos guerreiros que disparavam do cimo do parapeito do porto da Ribeira Grande sobre as naus dos piratas que procuravam assaltar a cidade. Na sua ótica, os seus defensores não

tinham a mesma eficácia dos piratas que sempre conseguiram consumir os seus propósitos:

Não tinham a precisão
nem o movimento indispensável
à pontaria
nem o Senhor
Capitão-mor sabia
os segredos
complexos da balística

Os projéteis esféricos
de ferro fundido
no ar descreviam
(...)
Afinal a piratagem
desvairada e ágil
saltava ao longo
do areal indefeso
com assobios e gritos
tilintar de espadas
e o saque depressa
então se consumava.
(Barbosa, 2002, pp. 307-308).

Voltando a Antonio da Noli, diríamos que a sua presença no arquipélago, entre outros momentos complexos inerente a dinâmica de uma cidade, ficou marcada pelo assassinato do Frei Rogério que chegou no país em 1466, na companhia do, igualmente, Frei Jaime, ambos da ordem dos franciscanos (Rosário, 1977). O ocorrido resultou do facto de uma mulher, proveniente de Portugal, ter sido aconselhada por ele a abandonar o seu marido Bartolomeu da Noli¹¹, irmão de António da Noli. Como castigo, foi entregue à justifica e nunca mais se soube notícias dele (Rosário, 1977). Nessa altura, Bartolomeu estava como capitão da Ribeira Grande, o que faz alguns historiadores, nomeadamente os supracitados Morais do Rosário (1977) e

¹¹ Bartolomeu da Noli foi irmão de Antonio da Noli. Acompanhou-o na viagem do descobrimento de Cabo Verde e no povoamento da ilha de Santiago.

Marcel Balla (2015), pensarem que Antonio da Noli, talvez, se encontrasse em Portugal ou “a perscrutar este Mar do Sul, tarefa mais de acordo com o seu temperamento de marinheiro” (Villas, 1938, p. 2015).

Essa atribuição da capitania, que veio a ser a primeira cidade construída por europeus nos “trópicos”, fez Antonio da Noli ser considerado “o criador do arquipélago como terra de civilizados” (Villas, 1938, p. 2016). Por essa razão, Ambrogio Repetto, Presidente da Câmara da Cidade de Noli, numa carta escrita no dia 5 de julho de 2010, referiu que “António da Noli deu um importante contributo com a descoberta do Novo Mundo tal como a descoberta duma nova via marítima para a Índia e para o Oriente, o que abriu as vias marítimas para a globalização e o capitalismo moderno” (*apud* Balla, 2015, p. [334]).

Isso mostra-nos a sua importância que tem/ou que deve ter na história de Cabo Verde e nos descobrimentos portugueses, mormente ao transformar algumas ilhas que, na opinião do já supracitado Morais do Rosário, eram “desertas (...) em elemento útil e produtivo do Império Português” (Rosário, 1977, p. 107). Por essa razão, partilhamos da opinião dos que acham que o genovês mereceu “o prémio da capitania não só pela descoberta do primeiro grupo de ilhas como pelo esforço na valorização delas, ‘em que empregou importante capital e trabalho sem conta, antes que o rendimento pudesse compensar a grandeza do esforço despendido’” (Peres, 1960, p. 140). Como capitão donatário da Cidade da Ribeira Grande, António da Noli deteve a jurisdição civil e criminal e as atividades iniciais de garantir o seu povoamento, de distribuir a terra em regime de sesmarias, de constituir um sistema administrativo capaz de concretizar os poderes fiscal e judicial (Domingues, 1991).

Alguns historiadores, como Marcel Balla, defendem que a par de outros elementos da sua família, provavelmente os que o acompanharam na descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde – Bartolomeu da Noli (irmão) e Rafael da Noli (sobrinho)¹² descobriram outras terras, a partir do arquipélago, nomeadamente na América do Sul. Para este assunto, o supracitado Marcel Balla recorre a Maginini para dizer que ele nos dá “um argumento hipotético, feito pelo autor português, Gaspar Ribeira Villas, em que teoriza que António d[a] Noli pode ter partido de Cabo Verde para a costa do Brasil, quer por sua própria iniciativa ou como uma sugestão do Infante D. Henrique (...)” (Balla, 2015, p. 45).

¹² Rafael da Noli, filho de Bartolomeu da Noli, foi um sobrinho de Antonio da Noli que esteve com ele em Cabo Verde.

Quanto aos negócios com a costa africana, sabemos que há pouca documentação que atesta que comercializou nessa região. No início, as suas atividades mercantis foram vistas como sendo lícitas mediante o acordo de ocupação da ilha de Santiago, mas, casualmente, ele realizava o comércio ilícito na Costa de Ouro, onde construiu uma fortuna (Balla, 2015). Marcel Balla retoma a ideia de uma denúncia que Fernão Gomes fez sobre António da Noli em 1472 (*apud* Balla, 2015), o que também poderá estar na base da carta de limitação de privilégios do mesmo ano. Segundo o próprio:

Nesta denúncia, foi mencionado que o capitão de Cabo Verde (António da Noli) foi negociando ao longo da costa do ouro ilegalmente numa área que foi contratada para Gomes. A denúncia também afirmou que ele navegou de Cabo Verde para a Madeira, onde adquiriu os produtos que foram usados na negociação com os africanos na Costa d'Ouro. Deste modo, podemos saber que d[a] Noli fez viagens para a Madeira por interesses comerciais. Alguns autores acreditam que d[a] Noli estava mais envolvido no comércio do que em explorações (Balla, 2015, p. 46).

Além da prática do comércio ilegal na costa africana, esta transcrição mostra-nos que António da Noli viajou para a Madeira por interesses comerciais a partir da sua presença no arquipélago, motivando Jaime Cortesão a referir que os italianos eram "(...) mestres de novas técnicas comerciais. Uso di Mare e Da Noli (...) foram especialmente competentes em produtos marroquinos, que foram essenciais para o comércio de Arguim e da Guiné, e o último (...), por acaso, até mais do que o primeiro (...)" (Cortesão, 1960 p. 35).

Corroborando da ideia dessas viagens ilegais, John W. Blake defende que: "sabemos que muitos genoveses partiram para a Guiné nos primeiros dias da descoberta. Um genovês foi o primeiro a comprar pimenta na costa da Malagueta em 1471" (Blake, 1937, p. 62). Esta afirmação do historiador mostra-nos que alguns genoveses foram para a Guiné dias depois da descoberta de Cabo Verde. Essa ida pode, contudo, ser sustentada pelos privilégios concedidos aos moradores do arquipélago através da carta régia de 1466, conforme supomos anteriormente. Porém, Fernão Gomes, que recebeu um contrato para explorar a costa em 1469, registou "uma queixa contra António d[a] Noli, o qual negociava ouro na sua área de controlo. Assim, em 1472, o rei é obrigado a esclarecer a situação e a restringir privilégios aos moradores de Cabo Verde, a partir da negociação em Mina (...)" (Balla, 2015, p. 48). O supramencionado Marcel Balla fala na hipótese "de ter havido alguma confusão quanto ao que era legal e ilegal. Os moradores provavelmente sentiam que tinham o direito de comercializar em todas partes da Guiné, exceto

para Arguim, pois era um dos incentivos que os atraíam para Cabo Verde (...)” (Balla, 2015, p. 48). Assim, uma vez que António da Noli conhecia o ouro da Mina, aproveitou para se enriquecer a partir do arquipélago de Cabo Verde (Balla, 2015).

O historiador dantes citado, ao falar do italiano Leo Magninni, refere que António da Noli “pode ter partido de Cabo Verde para a costa do Brasil, quer por sua própria iniciativa ou como uma sugestão do Infante. D. Henrique, justificando assim, todos os benefícios notáveis que lhe atribuíram, permitindo-lhe continuar com as suas expedições e explorações” (Balla, 2015, p. 52).

Destacamos o facto António da Noli ter sido preso em 1476 pelos reis católicos, após a morte de Henrique IV de Castela. Essa prisão que o fez perder a sua fortuna acumulada, resultou do envio de expedições armadas à Guiné, que devastaram a costa africana e a ilha de Santiago, em Cabo Verde. Regressaram carregadas de riquezas e com o capitão donatário da ilha preso (Rosário, 1977). Jaime Cortesão divulgou uma teoria sobre a sua prisão, onde presumiu que o navegador genovês trocou informações confidenciais pela sua liberdade, facto que o fez acusar de traidor. Veja-se a seguinte transcrição:

Uma razão nos leva a acreditar que D. João II, assim como os procuradores do povo falando em Cortes, souberam da traição de António da Noli: em 1480, D. João que ainda era príncipe, mas já tinha a seu cargo a plena administração dos negócios ultramarinos, enviava à ilha de Santiago um tal Pedro Lourenço com poderes tão discriminatórios em matéria de organização económica, administrativa e de procedimento judicial, que equivaliam à supressão dos privilégios da capitania concedida ao Genovês e, por consequência, a uma grave sanção contra o seu procedimento” (*apud* Rosário, 1977, p. 117).

Em função dessa possível traição, Pedro Lourenço foi enviado para a ilha de Santiago, em 1481 e não 1480, com poderes que podiam destituir o genovês da condição de capitão donatário. Esse poder residia em duas cartas:

A primeira diz respeito ao ‘poder concedido a Pedro Lourenço, escudeiro da casa de El-Rei e como seu suficiente procurador, para fazer contratos sobre os panos, algodão, e mercadorias na ilha de Santiago de Cabo Verde, nos termos e com as cláusulas que lhe bem parecem. (...)’. A segunda resume-se no ‘poder concedido a Pedro Lourenço, escudeiro da casa El-Rei, para tomar inteiro conhecimento dos delitos praticados por alguns moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde, os quais haviam resgatado mercadorias e coisas defesas, e para julgar sumariamente os delinquentes e fazer executar as sentenças nas suas pessoas e bens’ (Rosário, 1977, p. 118).

Portanto, Pedro Lourenço foi para Cabo Verde com a responsabilidade de uma “sindicância” e com a responsabilidade de punir qualquer pessoa ou funcionário em função dos resultados obtidos. Essa “sindicância” tinha como principal propósito obter a verdade e castigar os culposos. Ao que tudo indica a presunção inicial de que António da Noli tenha traído Portugal, aquando da sua prisão pelos reis católicos de Castela, não procedeu visto que ele continuou a ser capitão donatário da Cidade da Ribeira Grande, ou seja a merecer a confiança do Rei de Portugal (Rosário, 1977) Por essa razão, o autor anteriormente citado conclui que:

Pode-se, pois, concluir que a sindicância não demonstrou qualquer falta de irregularidade de António da Noli no governo da capitania. [...]. Depois da sindicância de que é encarregue Pedro Lourenço é que se reúnem as Cortes de Évora, em 3 de novembro de 1481, pelo que se pode admitir que os procuradores tivessem conhecimento não só das suspeitas que estariam na sua base da decisão real de ordenar o inquérito (Rosário, 1977, pp. 118-119).

Em suma, o historiador, anteriormente citado, conclui que António da Noli¹³ não traiu Portugal, razão que o fez continuar com a capitania e também porque D. João II não perdoava traidores. Ou seja, a ser verdade, ele teria sofrido graves consequências. Na realidade, aconteceu que ele morreu em 1497 e a sua filha D. Branca de Aguiar herdou a capitania, conforme mencionamos, para que o seu marido Jorge Correia fosse o seu capitão. O ocorrido confirma o prestígio que o genovês conquistou junto do Rei com a sua presença em Cabo Verde, já que, pela referida Lei Mental, a capitania deveria ter sido revertida para a Coroa, facto que só ocorreu por volta de 1564. Merece o nosso destaque o facto de António da Noli, corajosamente, ter reivindicado os seus bens roubados antes de ter regressado para Cabo Verde, após a sua prisão, como se nota na “Carta de julgamento em favor de António da Noli em Sevilha”, ocorrida no dia 31 de julho de 1477:

¹³ A importância da presença de Antonio de Noli em Cabo Verde, mais concretamente, na ilha de Santiago pode ser simbolicamente notada na assinatura do Tratado de Tordesilhas, ocorrida no dia 7 de junho de 1494 onde se nota que “a linha de demarcação do tratado, que atribuía a Portugal os direitos de explorar o Atlântico Sul até uma distância de 370 léguas a oeste de Cabo Verde sem a interferência de Espanha e, ao mesmo tempo, ter direito de explorar toda a costa do Brasil” (Múrias, 1939, pp. 32-33).

Isabel la Catolica manda al Almirante Mayor y las justicias de la ciudad de Sevilla que ejecuten la sentencia dada por Diogo de Mesa, alcalde lugarteniente del Almirante, en favor de António de Noli Y Fernando González por ciertas medrcadorias que les fueron tomadas en las isla de Antoni. [...] (*apud* Balla, 2015, p. [313]).¹⁴

Para concluirmos esta reflexão, diríamos que a partir do povoamento de Cabo Verde, com início na ilha de Santiago, onde existe o Pico de Antónia que, segundo a memória coletiva cabo-verdiana, se chamava Pico de António em homenagem ao descobridor da ilha (António da Noli), mas que foi mudado como forma de desvalorização da sua importância na história do país, o arquipélago assumiu uma posição de capital importância nos descobrimentos portugueses, conforme temos vindo a referir. Esta importância pode ser justificada com as escalas obrigatórias de grandes navegadores e exploradores no país, a destacar: Cristóvão Colombo, Fernão Magalhães, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

5. Bibliografia

- Albuquerque, Luís (1962) *Introdução à história dos descobrimentos*. Coimbra: Atlântida.
- Albuquerque, Luís (1991) 'O descobrimento das ilhas de Cabo Verde' in Albuquerque, Luís de - Santos, Maria Emília Madeira (coord.) *História geral de Cabo Verde*. Vol. I, Lisboa: Centro de Estudos e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica e Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, pp. 23-39.
- Almada, José Luís Hopffer C. (2021) *Deflagrações*. Praia: Spleen-Edições.
- Amaral, Ilídio de (1964) *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Américo, C. Araújo (2000) *Little known: the european side of cape verde islands*. Taunton, MA: DAC Publishers.

¹⁴ Tradução nossa. "Isabel a Católica ordena ao Almirante Prefeito e aos magistrados da cidade de Sevilha que executem a sentença proferida por Diogo de Mesa, lugar-tenente do Almirante, a favor de António de Noli e Fernando González por certas drogas que foram levadas da ilha de António. (...)".

- Ângela, Domingues (1991) 'Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento', in Albuquerque, Luís de - Santos, Maria Emília Madeira (coord.) *História geral de Cabo Verde*. Vol. I, Lisboa: Centro de Estudos e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica e Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, pp. 41-123.
- Baleno, Ilídio Cabral (1991) 'Povoamento e formação da sociedade' in Albuquerque, Luís de - Santos, Maria Emília Madeira (coord.) *História geral de Cabo Verde*. Vol. I, Lisboa: Centro de Estudos e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica e Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, pp. 125-177.
- Balla, Marcel Gomes (1990) *The other americans*. Bem Oregon: Maverick Publications.
- Balla, Marcel Gomes (2015) *A estória "incrível" de Colombo em Cabo Verde*. Vila Real de Santo António: [Sismagic].
- Barbosa, Jorge (org. de Arnaldo França e pref. de Ela Rodrigues dos Santos) (2002) *Obra poética*. Lisboa: INCM.
- Blake, John (1937) *Europeans in West Africa 1450-1560*. Vol. 1, London: The Hakluyt Society.
- Cappellini, Antonio (1932 [1969]) *Dizionario biografico di genovesi illustri e notabili: cronologia dei governi di Genova ed indice alfabetico-analitico*. Bologna: Forni.
- Cortesão, Jaime (1960) *A política de sigilo dos descobrimentos nos tempos do D. Henrique e do João II*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique.
- Cortesão, Jaime (1960) *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Editora Acácia.
- Ficalho, Conde de (1944) (pref. e rev. Ruy Teles Palhinha). *Memórias sobre a influência dos descobrimentos portugueses no conhecimento das plantas: I - memórias sobre a malagueta*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias.
- Genovesi, Francesco (2011) *Le isole del Capo Verde: storia e documentazione della scoperta*. Viterbo: Sette Città.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.). Vol. XVIII, Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada.

- Luz, Hilarino da (2013) *O imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na produção literária de Jorge Barbosa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.
- Murias, Manuel (1939) *Cabo Verde: memória breve*. [Lisboa]: Agência Geral das Colónias.
- Peres, Damião (1943 [1960]) *História dos descobrimentos portugueses*, 2.^a ed. Porto - Coimbra: [Minerva].
- Pistarino, Geo (1961) 'Antonio da Noli', in *Dizionario biografico degli italiani*, vol. 3. <[https://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-da-noli_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-da-noli_(Dizionario-Biografico))> (11 de abril de 2023).
- Ribeiro, Orlando (1997) *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Rosário, Marais do (1977) *Genoveses na história de Portugal*. Lisboa: [Minerva].
- Surdich, Francesco (2020) 'Antoniotto Usodimare', in *Dizionario biografico degli italiani*, vol. 97 <https://www.treccani.it/enciclopedia/antoniotto-usodimare_%28Dizionario-Biografico%29/> (11 de abril de 2023).
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1938) *História colonial*. Lisboa: Minerva.

6. Curriculum vitae

Hilarino da Luz, doutorado contratado da NOVA FCSH e investigador doutorado integrado do CHAM, onde foi Bolseiro de Pós-Doutoramento (2015-2018), é membro do Grupo de Investigação em Estudos Transculturais, Literários e Pós-Coloniais e da Cátedra Eugénio Tavares da UNICV. Possui uma vasta experiência profissional, sobretudo na docência em Portugal e em Cabo Verde. É Presidente do Júri do Prémio Literário Januário Leite. Em 2021, com a "Cartas com Ciência", ganhou o segundo lugar do Prémio *Go Green GO Social* NOVA FCSH / Santander Universities.

Periodico semestrale pubblicato dal CNR

Iscrizione nel Registro della Stampa del Tribunale di Roma n° 183 del 14/12/2017